



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Boletim de **TRABALHO**

DO RIO GRANDE DO SUL



V. 3 N. 4

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach



BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 3, N. 4, dezembro 2021

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 3	n. 4	p. 1-22	dez. 2021
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Vinicius Dias Fantinel

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização Bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2021	5
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	7
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	8
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	11
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
2 O EMPREGO FORMAL NO RS E EM SUAS REGIÕES, NAS DEMAIS UFs E NO PAÍS (NOV./2020-NOV./2021)	13
2.1 OS RESULTADOS DO RS EM UMA PERSPECTIVA NACIONAL	13
2.2 O COMPORTAMENTO SETORIAL DO EMPREGO GAÚCHO	15
2.3 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E VARIAÇÕES DO EMPREGO FORMAL DO RS	17
2.4 A VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO ESTADO	18
Box	20
JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	20
REFERÊNCIAS	21

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na seção 1 deste boletim, que foi elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do Estado no 3.º trim./2021. Como referências comparativas selecionadas, os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul no período são cotejados com os de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e com os do País.

Após ter sido atingido de uma forma muito intensa pela recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul vem dando sinais de uma lenta recuperação desde o 4.º trim./2020. Essa percepção pode ser confirmada pelo gradativo retorno das pessoas à força de trabalho estadual, bem como pela recuperação parcial do nível de ocupação.

O desempenho do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul apresentou alguns sinais positivos no 3.º trim./2021, principalmente no que se refere às comparações interanuais de parte de seus principais indicadores. Houve continuidade do retorno das pessoas à força de trabalho, aumento do nível de ocupação e queda da taxa de desocupação. Esses resultados mostram-se, em termos gerais, alinhados com os das referências comparativas selecionadas adotadas — os Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e com o agregado nacional.

Todavia, o processo de recuperação parcial do mercado de trabalho estadual em 2021 precisa ser qualificado. Conforme é destacado na seção 1, vem ocorrendo um aumento da taxa de informalidade desde o 3.º trim./2020, o qual teve continuidade no 3.º trim./2021. Isso quer dizer que a recuperação do nível de ocupação vem sendo, em alguma medida, baseada em inserções mais precárias no mercado de trabalho. Por sua vez, o rendimento médio real habitual vem passando por um processo de redução, o qual foi acentuado no segundo e no terceiro trimestre de 2021. Embora esses fenômenos não sejam exclusivos do RS, uma vez que também se verificaram nas suas referências comparativas, ambos devem ser levados em consideração quando se examina o processo de recuperação do mercado de trabalho após a recessão econômica de 2020.

A seção 2 circunscreve-se ao emprego formal, tendo por fonte principal o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), série iniciada em janeiro de 2020, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência. Enfatiza-se a série dos últimos 12 meses disponíveis nessa base, que divulgou recentemente os dados referentes a novembro de 2021. Nesse período, o RS gerou um adicional de 154,3 mil vínculos formalizados de trabalho, atingindo um estoque de 2,63 milhões de postos. A variação percentual foi de 6,2%. No agregado do Brasil, essa variação foi superior, de 7,3%. Considerando-se as 27 unidades da Federação (UFs), o saldo gaúcho foi o sexto maior, em número de empregos; já em variações percentuais, o Estado caiu para o 24.º lugar, superando apenas Rondônia, Rio de Janeiro e Sergipe. A variação deste último estado, a mínima no nível nacional, foi, ainda assim, de 5,6%.

No mercado formal de trabalho gaúcho, a liderança setorial foi da indústria, quando se consideram os percentuais de crescimento: seu contingente aumentou 7,7%; a segunda posição ficou com o comércio (6,4%). A agropecuária mostrou o menor dinamismo (3,9%). O setor serviços, por sua vez, teve o resultado mais expressivo em número absoluto (58,2 mil) de vínculos criados no período, o equivalente a 37,7% do total do RS. Desagregando-se esses setores em seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), destacam-se a indústria de transformação e o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Seguindo-se, mas já com saldos bem menos expressivos, aparecem atividades administrativas e serviços complementares; saúde humana e serviços sociais; e informação e comunicação. Nestes dois últimos casos, as demandas elevadas no bojo da crise sanitária impulsionaram um crescimento que não foi revertido até o momento.

Uma desagregação suplementar, segundo divisões da CNAE 2.0, permite examinar quais segmentos da indústria de transformação contribuíram mais para o desempenho do setor. Em volume de empregos adicionados, foram máquinas e equipamentos (10,3 mil); couro e calçados (9,5 mil); produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (6,0 mil) e produtos alimentícios (3,9 mil). Pelo critério de variação percentual, o ordenamento começa pela manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (19,6% de expansão), seguindo-se a fabricação dessas máquinas e equipamentos (17,4%), a metalurgia (16,7%) e os produtos de madeira (13,5%).

Quanto aos atributos dos trabalhadores adicionais incorporados entre novembro de 2020 e novembro de 2021, houve uma leve predominância das mulheres (54,1%), dos indivíduos entre 18 e 24 anos (55,8%) e dos trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto (cerca de três quartos), em detrimento não apenas dos menos escolarizados, mas também dos detentores de escolaridades mais elevadas.

Quanto aos resultados nas nove Regiões Funcionais (RFs) do Estado, a expansão do emprego foi generalizada, tendo tido sua menor expressão (4,9%) na RF5, que se localiza no Sul, e a máxima (10,7%) no Litoral Norte (RF4). Esta última região, já bem antes da pandemia, tem atraído população e demonstrado dinamismo econômico, o que se acentuou no contexto da emergência sanitária; o Sul, inversamente, acumula desempenhos negativamente diferenciados desde meados da década passada, com o malogro do projeto do Polo Naval. Nos 12 meses analisados, um segmento que contribuiu para rebaixar os resultados agregados do emprego formal naquela região foi a fabricação de embarcações, que eliminou 930 vínculos de trabalho.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2021¹

Após ter sido atingido de uma forma muito intensa pela recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul vem dando sinais de uma lenta recuperação desde o 4.º trim./2020. Essa percepção pode ser confirmada pelo gradativo retorno das pessoas à força de trabalho estadual, bem como pela recuperação parcial do nível de ocupação.

De acordo com as evidências mais recentes, do 3.º trim./2021, a economia brasileira encontra-se praticamente estagnada, uma vez que, nesse trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) do País registrou uma variação de -0,1% frente ao trimestre imediatamente anterior — série com ajuste sazonal —, desempenho negativo que também se havia verificado no 2.º trim./2021 (IBGE, 2021a). Afora a conjuntura de estagnação econômica, está ocorrendo no País um processo de aceleração inflacionária durante 2021, o qual corrói os rendimentos do trabalho, limita o consumo das famílias e as condições para que esse componente de demanda agregada seja uma fonte de estímulo à atividade econômica. No Rio Grande do Sul, o PIB teve uma variação de -3,5% no 3.º trim./2021 em relação ao segundo trimestre do mesmo ano — série com ajuste sazonal (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Diferentemente do País, essa foi a primeira retração verificada no PIB estadual, após quatro trimestres consecutivos de variações positivas.

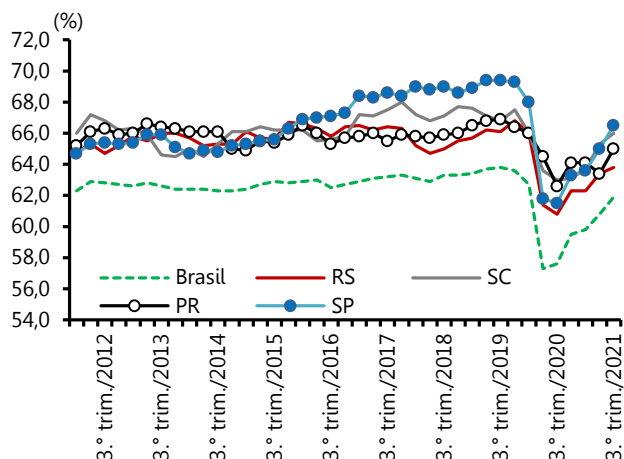
Sob esse contexto macroeconômico, nesta seção, que foi elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do Estado no 3.º trim./2021. Como referências comparativas selecionadas, os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul no período são cotejados com os de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e com os do País.

¹ O IBGE divulgou, em 30 de novembro de 2021, os dados da PNAD Contínua do 3.º trim./2021 referentes ao País e às unidades da Federação. As séries temporais da Pesquisa foram revistas devido a uma mudança na estrutura de pesos na estimação dos seus indicadores (IBGE, 2021f, 2021g, 2021h). Todos os indicadores da PNAD Contínua apresentados nesta seção estão de acordo com essa mudança.

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

O processo de retorno das pessoas à força de trabalho (FT) teve continuidade no 3.º trim./2021. Quando se coteja esse trimestre com o imediatamente anterior, os sinais das variações da taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² são positivos para RS, SC, PR, SP e para o País, ainda que, para os dois primeiros estados, a oscilação não tenha tido significância estatística (**Gráfico 1**). Ao se fazer a comparação interanual, constata-se que ocorreu aumento da TPFT para RS e SC (ambos 3,0 pontos percentuais), PR (2,4 pontos percentuais), SP (5,0 pontos percentuais) e para o agregado nacional (4,3 pontos percentuais). É importante ressaltar que a recuperação interanual da TPFT, em nenhum dos estados sob análise, bem como no País, foi suficiente para que o indicador retornasse para o nível em que se situava no 3.º trim./2019.

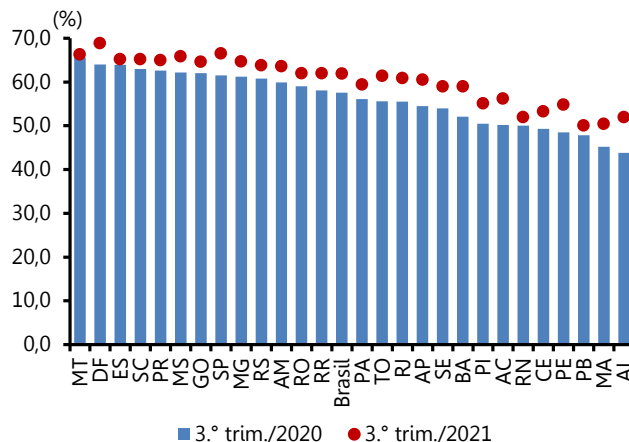
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021c, 2021d).

Para se ter uma referência geral da evolução da posição relativa do RS quanto à participação na FT, no **Gráfico 2**, pode-se observar a TPFT de todas as unidades da Federação (UFs), no 3.º trim./2020 e no 3.º trim./2021. Conforme nele se constata, o RS manteve, em ambos os trimestres, a 10.ª maior TPFT entre as 27 UFs do País.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2020 e 3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

Quando se observam os efeitos dessa recuperação da TPFT sobre o contingente de pessoas na FT, na comparação entre o 3.º e o 2.º trim./2021, verifica-se que os sinais das variações foram positivos para o RS, os demais estados da Região Sul, SP e para o País, mas, nos casos do RS e de SC, as oscilações não tiveram significância estatística (**Tabela 1**). Já na comparação interanual, identifica-se uma recuperação generalizada da FT, com variações de 6,6% para o RS, 3,7% para SC, 3,8% para o PR, e, com maior intensidade, 9,4% para SP e 8,6% para o País. Assinale-se que somente SC passou a registrar, no 3.º trim./2021, uma FT do mesmo tamanho daquela do 3.º trim./2019 — ou seja, esse estado recuperou plenamente a retração da sua FT que se havia verificada durante 2020.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim./2019, 3.º trim./2020, 2.º trim./2021 e 3.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)				VARIAÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	2.º Trim./2021	3.º Trim./2021	3.º Trim./2021 2.º Trim./2021	3.º Trim./2021 3.º Trim./2020
Brasil	107.535	98.037	104.216	106.430	(1)2,1	(1)8,6
RS	6.212	5.711	6.023	6.086	1,0	(1)6,6
SC	3.922	3.784	3.896	3.924	0,7	(1)3,7
PR	6.172	5.851	5.887	6.072	(1)3,1	(1)3,8
SP	26.087	23.411	25.033	25.614	(1)2,3	(1)9,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021d).

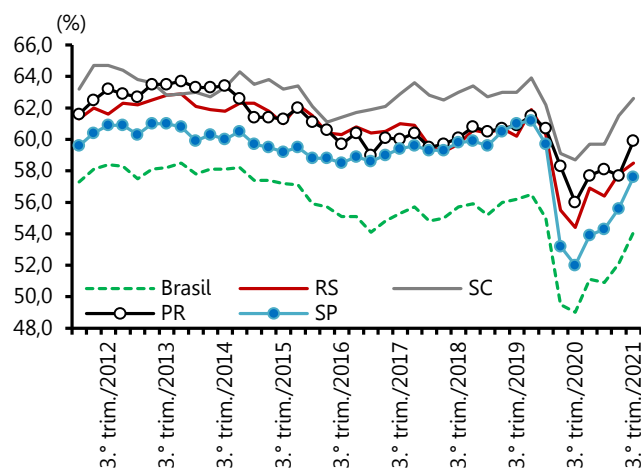
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

² A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Após ter uma queda abrupta até o 3.º trim./2020, o nível de ocupação (NO)³ vem mostrando indicações de recuperação. De acordo com os dados disponíveis mais recentes da PNAD Contínua, no 3.º trim./2021, frente ao trimestre imediatamente anterior, os sinais das variações do NO foram positivos para o RS, os demais estados da Região Sul, SP e o Brasil — no caso específico do RS, não obstante, a oscilação do indicador não teve significância estatística (**Gráfico 3**). Agora, utilizando-se a referência comparativa interanual, o NO teve um incremento de 4,1 pontos percentuais no RS, 3,9 pontos percentuais tanto em SC quanto no PR, 5,6 pontos percentuais em SP e 5,1 pontos percentuais no País. Também no caso desse indicador, tanto no RS quanto nas referências comparativas adotadas, o comportamento positivo interanual não foi suficiente para que o mesmo voltasse ao patamar em que se situava no 3.º trim./2019.

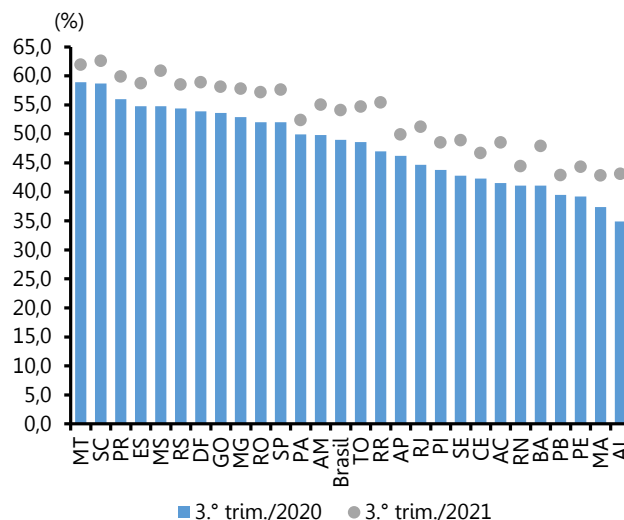
Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021c, 2021d).

A posição relativa do RS no quadro geral das UFs, em termos do NO, pode ser identificada no **Gráfico 4**. Quando se cotejam os terceiros trimestres de 2020 e de 2021, constata-se que o Estado passou do 6.º para o 7.º maior NO entre as 27 UFs.

Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2020 e 3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

O contingente de ocupados registrou, na comparação do 3.º trim./2021 com o 2.º trimestre do mesmo ano, estabilidade no RS e em SC e variações positivas no PR (4,4%), em SP (3,7%) e no País (4,1%) — **Tabela 2**. Na comparação interanual, o contingente de ocupados evidenciou variação positiva no RS (9,1%, acréscimo de 462 pessoas ocupadas), superior às de SC (5,3%) e PR (6,8%), mas inferior à de SP (12,1%) e à do País (11,4%). Também no caso dessa variável, ressalte-se que o tamanho dos contingentes no RS e nas suas referências comparativas não tinham atingido, no 3.º trim./2021, à exceção de SC, o nível em que se encontravam no mesmo trimestre de 2019.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim./2019, 3.º trim./2020, 2.º trim./2021 e 3.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)				VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	2.º Trim./2021	3.º Trim./2021	3.º Trim./2021 2.º Trim./2021	3.º Trim./2021 3.º Trim./2020
Brasil	94.737	83.439	89.384	92.976	(1)4,1	(1)11,4
RS	5.657	5.111	5.490	5.573	1,5	(1) 9,1
SC	3.695	3.531	3.669	3.717	1,3	(1) 5,3
PR	5.613	5.234	5.355	5.589	(1)4,4	(1) 6,8
SP	22.918	19.798	21.397	22.188	(1)3,7	(1)12,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021d).

Nota: Contingentes de ocupados no trabalho principal.

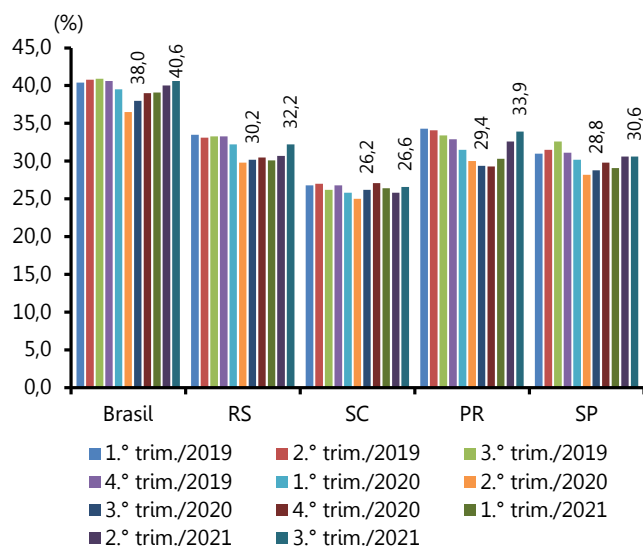
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Como foi mostrado no número anterior deste Boletim, após uma queda acentuada no primeiro semestre de 2020, está verificando-se um processo de

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar, sendo expresso em termos percentuais.

elevação da taxa de informalidade (TI)⁴ no mercado de trabalho (BOLETIM..., 2021). De acordo com os dados mais recentes, na comparação entre o 3.º trim./2021 e o imediatamente anterior, a TI aumentou 1,5 ponto percentual no RS, 0,8 ponto percentual em SC, 1,3 ponto percentual no PR e 0,6 ponto percentual no agregado nacional, enquanto, em SP, ficou estável (**Gráfico 5**). Por sua vez, na referência comparativa interanual, o indicador sob análise elevou-se 2,0 pontos percentuais no RS, 0,4 ponto percentual em SC, 4,5 pontos percentuais no PR, 1,8 ponto percentual em SP e 2,6 pontos percentuais no País. Ainda que as intensidades de aumento da TI sejam distintas, essas evidências respaldam o entendimento de que o processo de recuperação pelo qual está passando a ocupação amplia as inserções mais precárias no mercado de trabalho, que caracterizam a informalidade.

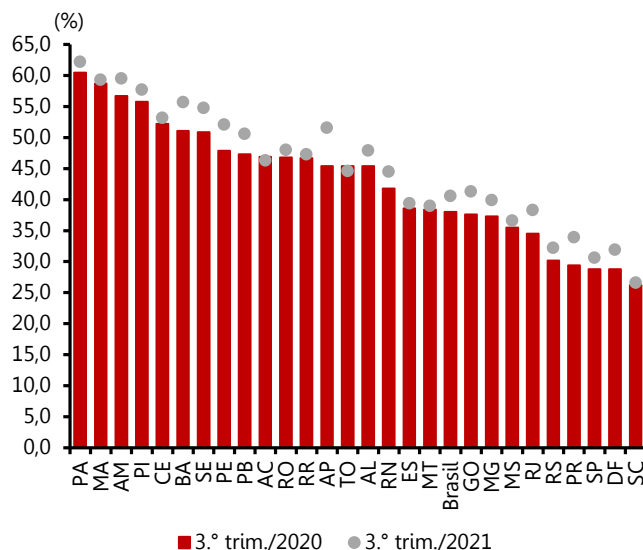
Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Quanto à posição relativa do RS na totalidade das UFs, em termos informalidade, verifica-se que o Estado possuía, no 3.º trim./2020, a quinta menor TI e, no 3.º trim./2021, havia passado a registrar a quarta menor TI, o que foi ocasionado pelo aumento de maior magnitude desse indicador no PR (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2020 e 3.º trim./2021



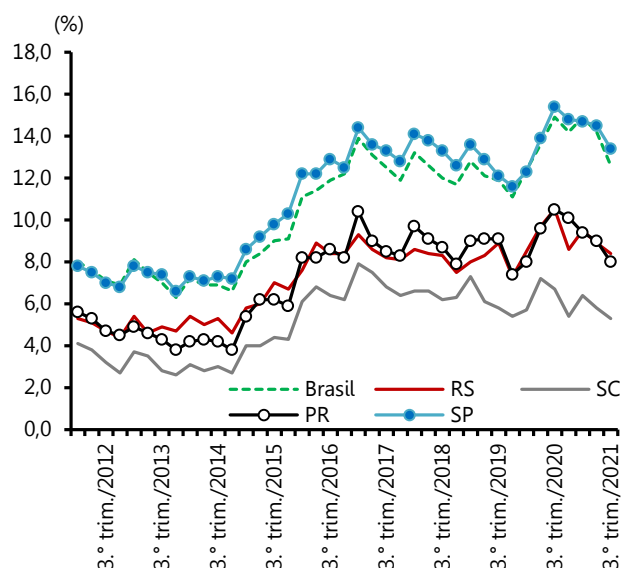
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).
Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Até o 3.º trim./2020, como decorrência da recessão econômica, ocorreu um aumento acentuado da desocupação no mercado de trabalho do RS (BOLETIM..., 2021). Não obstante o comportamento adverso da taxa de desocupação (TD) no 1.º trim./2021, o indicador foi passando, nos trimestres subsequentes, por um processo de redução. Assim, a TD evidenciou, na comparação do 3.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior, oscilações cujos sinais eram negativos no RS e em SC, mas que não tiveram significância estatística, e quedas no PR, em SP e no País (**Gráfico 7**). Na comparação interanual do indicador, constata-se reduções no RS (-2,1 pontos percentuais), em SC (-1,4 ponto percentual), no PR (-2,5 pontos percentuais), em SP (-2,0 pontos percentuais) e no âmbito do País (-2,3 pontos percentuais). Como resultado desses comportamentos, a TD — no RS, em SC e no PR — passou a situar-se em níveis inferiores aos do 3.º trim./2019, o mesmo não se verificando em SP e no País.

⁴ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021c, 2021d).

É importante ressaltar que, na base comparativa interanual 2020-21, a redução da TD foi determinada exclusivamente pelo aumento do NO, uma vez que também ocorreu elevação da TPFT. Isso pode ser demonstrado pela aplicação do seguinte procedimento de decomposição das variações da TD entre dois períodos (OIT, 2015, p. 32):

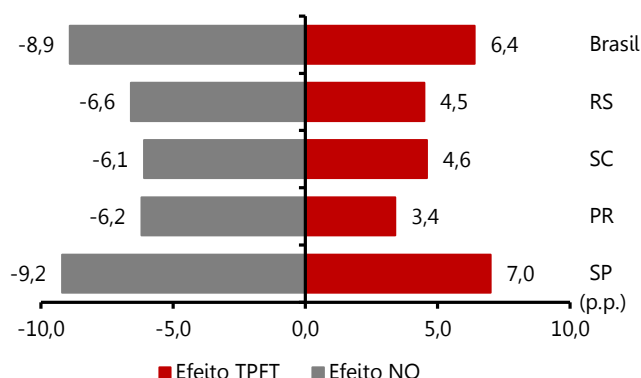
$$\Delta TD \approx NO/TPFT (\Delta TPFT/TPFT) - NO/TPFT (\Delta NO/NO).$$

Nessa expressão, multiplica-se a razão entre o NO e a TPFT pelas variações da TPFT e do NO entre dois períodos. As variações da TPFT têm uma relação direta com as da TD, e as do NO, inversa. Assim, para um dado NO, aumentos da TPFT elevam a TD; de forma distinta, para uma dada TPFT, aumentos do NO reduzem a TD.

Aplicando-se a decomposição⁵ às variações da TD do 3.º trim./2021 em relação ao mesmo trimestre de 2020, pode-se constatar que, tanto para o RS quanto suas referências comparativas selecionadas, o efeito da variação do NO foi superior ao da TPFT, o que implicou a redução da TD (**Gráfico 8**). Nesse sentido, no Estado, a variação positiva do NO deu uma contribuição de 6,6 pontos percentuais à queda da TD, enquanto a da TPFT foi de 4,5 pontos percentuais

para o seu aumento, o que teve, como resultado final, a redução da TD de 10,5% para 8,4%.

Gráfico 8 - Decomposição das variações da taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim./2021-3.º trim./2021



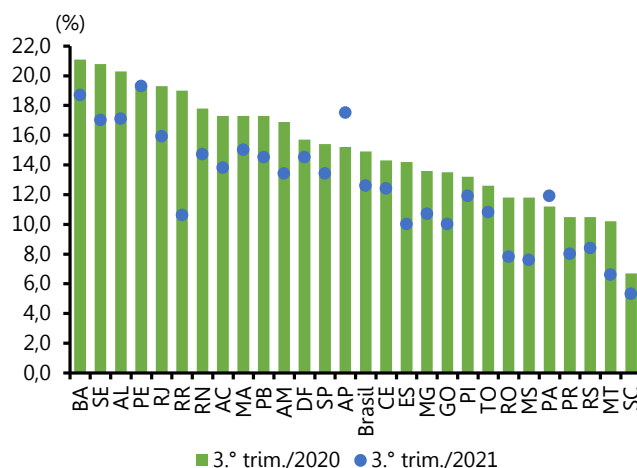
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. TPTF é a taxa de participação na força de trabalho; NO é o nível de ocupação.

É possível identificar a posição relativa do RS no quadro geral das UF's, no que se refere à magnitude da TD, através do **Gráfico 9**, no qual se encontra esse indicador para os terceiros trimestres de 2020 e de 2021. Conforme se pode constatar, o RS possuía, no 3.º trim./2020, a terceira menor TD entre as UF's; todavia, a posição relativa do Estado apresentou certa piora, uma vez que, no 3.º trim./2021, havia passado a ter a sexta menor TD entre as UF's.

Gráfico 9 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2020 e 3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

No que se refere ao contingente de desocupados, na comparação entre o 3.º trim./2021 e o trimestre imediatamente anterior, os sinais das oscilações foram negativos — no sentido da diminuição dessa medida de subutilização da FT — no RS e nos demais

⁵ É importante perceber que esse procedimento de decomposição propicia uma aproximação às variações da TD, ou seja, a sua aplicação não resulta necessariamente em uma variação exatamente igual àquela obtida pelo cálculo direto da diferença da TD entre dois períodos quaisquer.

estados da Região Sul e em SP, embora somente para o País a variação (-9,3%) tenha significância estatística (**Tabela 3**). Quanto ao comportamento interanual do contingente de desocupados, ocorreram quedas no RS (-14,7%, menos 89 mil desocupados), em SC (-18,2%), no PR (-21,6%) e no País (-7,8%), enquanto a oscilação verificada em SP não teve significância estatística. Pode-se ainda destacar que, nos casos do RS, de SC e do PR, os contingentes de desocupados, no 3.º trim./2021, passaram a estar em patamares inferiores aos do 3.º trim./2019, o que não ocorreu em SP e no âmbito do País.

Tabela 3 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim./2019, 3.º trim./2020, 2.º trim./2021 e 3.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)				VARIACÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	2.º Trim./2021	3.º Trim./2021	3.º Trim./2021 2.º Trim./2021	3.º Trim./2021 3.º Trim./2020
Brasil	12.798	14.598	14.832	13.453	(1)-9,3	(1) -7,8
RS	555	601	533	512	-3,9	(1)-14,7
SC	227	253	228	207	-9,2	(1)-18,2
PR	559	617	532	484	-9,1	(1)-21,6
SP	3.169	3.613	3.636	3.426	-5,8	-5,2

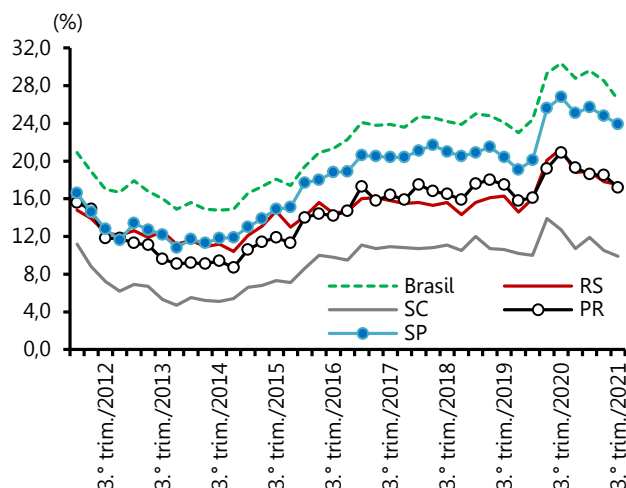
Fonte: PNAD Contínua IBGE, 2021b, 2021d).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Quanto à evolução da taxa composta de subutilização da FT (TCSFT)⁶, esta registrou, na comparação do 3.º trim./2021 com o segundo trimestre do mesmo ano, oscilações cujos sinais foram negativos para o RS e para as referências comparativas selecionadas; todavia, somente para o PR e o País, as reduções foram estatisticamente significativas (**Gráfico 10**). Já na comparação interanual da TCSFT, ocorreram reduções generalizadas, sendo de 3,8 pontos percentuais no RS, 2,8 pontos percentuais em SC, 3,7 pontos percentuais no PR, 2,9 pontos percentuais em SP e de 3,9 pontos

percentuais no País. Mesmo com esse comportamento favorável, a TCSFT no RS, em SP e no País manteve-se, no 3.º trim./2021, em níveis superiores aos do 3.º trim./2019.

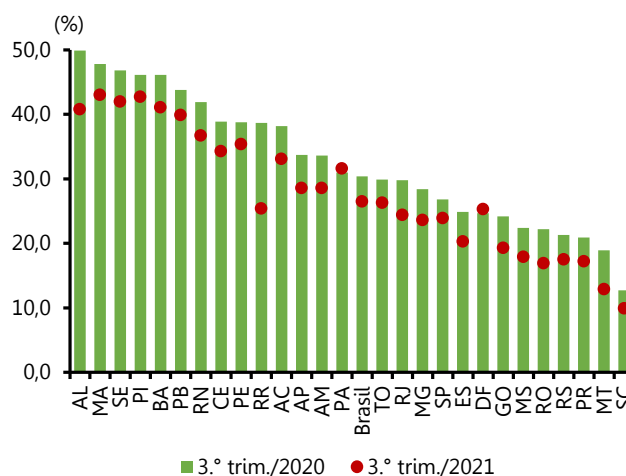
Gráfico 10 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021d).

No **Gráfico 11**, pode-se conhecer a posição relativa do RS no quadro geral das UF's, no que diz respeito à TCSFT, nos terceiros trimestres de 2020 e de 2021. O Estado possuía, no 3.º trim./2020, a quarta menor TCSFT entre as UF's; no 3.º trim./2021, a posição relativa do RS sofreu uma leve deterioração, dado que o Estado passou a deter a quinta menor TCSFT.

Gráfico 11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2020 e 3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021d).

⁶ A taxa composta de subutilização da FT (TCSFT) é obtida da seguinte forma:

$TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial) / FT ampliada] \times 100$.

A FT potencial é definida como "[...] o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos:

I. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência;
II. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência" (IBGE, 2016, p. 3-4).

A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

O contingente de pessoas subutilizadas na FT⁷, no RS e nas suas referências comparativas selecionadas, também registrou oscilações cujos sinais foram negativos, ao se cotejar o 3.º trim./2021 e o trimestre imediatamente anterior, mas somente no agregado nacional a retração teve significância estatística (**Tabela 4**). Por sua vez, na comparação interanual do contingente de pessoas subutilizadas na FT, ocorreram reduções de 14,0% no RS (menos 182 mil pessoas), 20,3% em SC, 16,0% no PR, 5,7% em SP e 8,9% no País. Em SC e no PR, os contingentes de pessoas subutilizadas na FT passaram a estar, no 3.º trim./2021, em níveis inferiores aos do 3.º trim./2019.

Tabela 4 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim./2019, 3.º trim./2020, 2.º trim./2021 e 3.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)				VARIACÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	2.º Trim./2021	3.º Trim./2021	3.º Trim./2021 2.º Trim./2021	3.º Trim./2021 3.º Trim./2020
Brasil	27.821	33.746	32.601	30.743	(1) -5,7	(1) -8,9
RS	1.044	1.298	1.123	1.116	-0,7	(1) -14,0
SC	427	499	419	398	-5,0	(1) -20,3
PR	1.124	1.302	1.151	1.094	-4,9	(1) -16,0
SP	5.539	6.861	6.556	6.468	-1,3	(1) -5,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021d).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

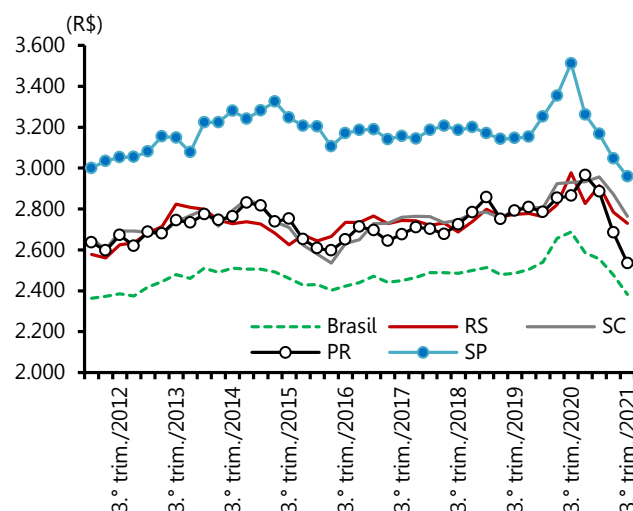
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Os rendimentos reais dos trabalhadores ocupados vêm passando por um processo de deterioração ao longo de 2021. Para tanto, sugere-se que dois fatores estão contribuindo: primeiro, a aceleração inflacionária, uma vez que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de janeiro a setembro de 2021 foi de 6,90%, contra 1,34% em igual período do ano anterior; e, segundo, devido a um provável efeito de mudança na composição da ocupação, uma vez que essa vem recuperando-se em inserções mais precárias, cujos rendimentos são mais baixos, o que pode ser apreendido, por exemplo, pelo

aumento da taxa de informalidade ao longo de 2021⁸ (GONTERO, 2021; IPEA, 2021).

O rendimento médio real habitual dos ocupados no RS e nas referências comparativas selecionadas, na comparação do 3.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior, registrou oscilações cujos sinais foram negativos, não obstante somente no caso do PR e no âmbito do País as retrações tenham sido estatisticamente significativas (**Gráfico 12**). Na comparação interanual, o rendimento médio real habitual evidenciou quedas expressivas, sendo de 8,3% no RS, 11,5% no PR, 15,8% em SP e de 11,3% no País; em SC, a oscilação não teve significância estatística.

Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021d).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 3.º trim./2021.

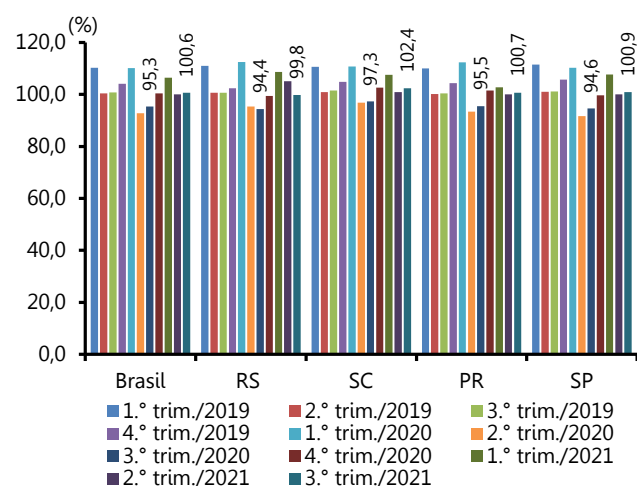
Na recessão econômica de 2020, houve descolamento entre o rendimento médio real efetivo e o rendimento médio real habitual, o primeiro sendo mais suscetível aos efeitos dos choques de curto prazo que incidem sobre o mercado de trabalho (CARVALHO, 2021). A partir do 4.º trim./2020, o rendimento médio real efetivo como proporção do rendimento médio real habitual passou por um processo de recuperação no RS, o qual já havia se iniciado, no trimestre anterior, nos outros recortes territoriais selecionados (**Gráfico 13**). No 3.º trim./2021, em relação ao trimestre imediatamente anterior, essa proporção sofreu uma queda no RS (-5,3 pontos percentuais), enquanto, nos outros estados da Região Sul, em SP e no País, ficou

⁷ Trata-se da agregação das três medidas de subutilização da FT: desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a FT potencial.

⁸ A esse respeito, ver as evidências sobre a taxa de informalidade apresentadas na subseção 1.2.

praticamente estável. Não obstante esse comportamento adverso do indicador sob análise no RS, pode-se constatar que o mesmo se situa bem acima daquele verificado no 3.º trim./2020 e próximo ao do 3.º trim./2019.

Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021d).
Nota: Rendimento médio real do trabalho principal

Quanto à massa de rendimento real habitual dos ocupados, embora, no RS e nas referências comparativas selecionadas, tenham predominado sinais negativos nas suas oscilações, seja na comparação do 3.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior, seja na comparação interanual, nenhuma delas teve significância estatística (**Tabela 5**). Em alguma medida, esses resultados estão apreendendo mudanças positivas do NO e negativas do rendimento médio real habitual, as quais se anularam.

Tabela 5 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim./2019, 3.º trim./2020, 2.º trim./2021 e 3.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ milhões)				VARIAÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	2.º Trim./2021	3.º Trim./2021	3.º Trim./2021 2.º Trim./2021	3.º Trim./2021 3.º Trim./2020
Brasil	237.794	225.237	223.751	223.549	-0,1	-0,7
RS	15.796	15.163	15.121	15.121	-0,5	-0,3
SC	10.365	10.244	10.266	10.266	-2,1	0,2
PR	15.772	14.982	14.314	14.314	-0,8	-4,5
SP	73.693	70.835	67.168	67.168	0,2	-5,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021b, 2021d).
Nota: Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi mostrado nesta seção, o desempenho do mercado de trabalho do RS apresentou alguns sinais positivos no 3.º trim./2021, principalmente no que se refere às comparações interanuais de parte de seus principais indicadores. Houve continuidade do retorno das pessoas à força de trabalho, aumento do nível de ocupação e queda da taxa de desocupação. Esses movimentos estão, em termos gerais, alinhados com os das referências comparativas selecionadas adotadas — os Estados de SC, PR, SP e com o agregado nacional.

Todavia, o processo de recuperação parcial do mercado de trabalho do RS em 2021 precisa ser qualificado. Conforme foi destacado nesta seção, vem ocorrendo um aumento da taxa de informalidade desde o 3.º trim./2020, o qual teve continuidade no 3.º trim./2021. Isso quer dizer que a recuperação do nível de ocupação vem sendo, em alguma medida, baseada em inserções mais precárias no mercado de trabalho. Por sua vez, o rendimento médio real habitual vem passando por um processo de redução, o qual foi acentuado no segundo e no terceiro trimestre de 2021. Embora esses fenômenos não sejam exclusivos do RS, uma vez que também se verificaram nas suas referências comparativas, ambos devem ser levados em consideração quando se examinam as características do processo recuperação do mercado de trabalho após a recessão econômica de 2020.

2 O EMPREGO FORMAL NO RS E EM SUAS REGIÕES, NAS DEMAIS UFs E NO PAÍS (NOV./2020-NOV./2021)

Nesta seção, analisa-se o comportamento dos vínculos formalizados de trabalho nos últimos 12 meses e no acumulado do ano, com os recortes setoriais, territoriais e demográficos oferecidos pela base de dados que consolida, com periodicidade mensal, admissões e desligamentos de trabalhadores, sistematizada e divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência — o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Iniciada em janeiro de 2020, essa série estatística é o sucedâneo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que remonta à década de 70.

Os objetivos e as dimensões deste boletim não comportam um tratamento mais detido dos aspectos metodológicos envolvidos nessa transição entre as duas versões da base (as quais têm distinções que configuraram uma ruptura, impedindo a comparabilidade), tampouco da trajetória cumprida pelo Novo Caged nesses quase dois anos de vigência. Ainda assim, é necessário registrar que a base já sofreu duas revisões significativas (para além dos ajustes regulares que advêm da incorporação de registros de movimentações de trabalhadores — admissões e desligamentos — informadas com atraso pelos empregadores). Nesses dois momentos referidos, as séries temporais até então acumuladas foram integralmente revistas, com impactos consideráveis. O saldo de empregos formais no nível nacional, em 2020, tornou-se a face mais visível e mais debatida do impacto dessas revisões: em um primeiro momento, em janeiro de 2021, o Novo Caged computou e divulgou uma expansão de 142,7 mil empregos formais no Brasil, nos 12 meses anteriores; ao se chegar a setembro, o resultado para o mesmo período de referência encontrava-se reduzido a cerca de metade, 75,9 mil; dois meses depois, um novo recálculo, sempre referente ao acumulado de 2020, inverteu o sinal do movimento do mercado de trabalho naquele ano⁹, e expôs uma retração

de 191,5 mil vínculos¹⁰. Os argumentos e os esclarecimentos metodológicos oficiais quanto a essas sucessivas alterações encontram-se em Nota Técnica assinada pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, datada de novembro de 2021, cuja leitura se recomenda¹¹.

Feita essa observação e tomando-se os dados oficiais atualizados, nesta seção aborda-se — com a série divulgada junto com o mais recente resultado mensal disponível (relativo a novembro último) — o comportamento dos saldos do emprego formal nos últimos 12 meses cobertos pelo Novo Caged, bem como, em alguns casos, no acumulado do ano de 2021 (janeiro a novembro). Enfatizam-se os resultados do Rio Grande do Sul, fazendo-se uma breve comparação com o agregado nacional e com as demais unidades da Federação. São ainda observados os desempenhos do mercado formal de trabalho segundo setores e atividades econômicas, ocupações e alguns atributos dos indivíduos empregados (sexo, idade e escolaridade). Faz-se, ainda, uma comparação dos movimentos verificados nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que o Estado é subdividido para fins de planejamento.

2.1 OS RESULTADOS DO RS EM UMA PERSPECTIVA NACIONAL

Do fim de novembro de 2020 ao mesmo momento de 2021, o Rio Grande do Sul gerou um adicional de 154,3 mil vínculos formalizados de trabalho, segundo o Novo Caged. Atingiu, com isso, um estoque (como a fonte denomina o número total de empregos, em um determinado ponto do tempo) de 2,63 milhões. A variação percentual, nesses 12 meses, foi de 6,2%.

No agregado do Brasil, no mesmo período, o crescimento relativo foi mais de um ponto percentual superior, chegando a 7,3%. Nacionalmente, o saldo de novos vínculos formais atingiu, segundo o Novo Caged, 2,84 milhões, elevando o estoque para 41,55 milhões.

dência contrastavam muito fortemente com as tendências apontadas pela PNAD e por outros indicadores socioeconômicos, notadamente o Produto Interno Bruto.

⁹ As revisões, naturalmente, também incidiram sobre os resultados do ano de 2021 acumulados até os respectivos momentos, bem como na continuidade projetada para a base. A referência ao ano de 2020, no debate público, associou-se, por um lado, ao peso simbólico maior de se tratar de um primeiro ano completo, o primeiro coberto pela nova série estatística oficial; por outro, às características extraordinárias do ano que testemunhou a eclosão da pandemia de Covid-19, em que os primeiros resultados do emprego formal divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previ-

¹⁰ Para o RS, o resultado mais recentemente divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência aponta uma retração de 42,6 mil vínculos em 2020. No Boletim publicado em abril de 2021 (Boletim de Trabalho, V. 3, N. 1), trabalhava-se com o saldo de -22,1 mil, no Estado, para o ano anterior.

¹¹ Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Out2021/Nota_T%C3%A9cnica_Novo_Caged_11-2021.pdf

Quando se ordenam as 27 UFs pela magnitude do saldo gerado nesses 12 meses, em números absolutos, o RS posiciona-se na sexta colocação, como expressão de sua considerável participação na estrutura do emprego formal do Brasil. Todavia, tomando-se as variações percentuais, o crescimento do mercado gaúcho amarga o 24.º lugar, superando apenas Rondônia, Rio de Janeiro e Sergipe. A variação deste último estado, a mínima no nível nacional, foi, ainda assim, de 5,6%. As quatro UFs que se destacaram positivamente nesse ranqueamento pertencem à Região Norte (Acre, Tocantins, Roraima e Pará), com variações entre 9,0% e 9,4%. Somados, esses quatro estados agregaram 98,6 mil novos vínculos formais ao mercado brasileiro (cerca de dois terços do saldo que o RS produziu, individualmente, no período). Os outros estados selecionados na primeira seção do Boletim obtiveram os seguintes resultados: Santa Catarina realçou-se com a sexta colocação (8,9% de crescimento); já São Paulo e o Paraná atingiram posições bem mais próximas à do RS — 21.^a (7,1%) e 23.^a (6,7%) respectivamente (**Tabela 6**).

Tabela 6 - Saldo e variação percentual do emprego formal e ordenamento das unidades da Federação (UFs), segundo valores absolutos e percentuais, do Brasil — jan.-nov./2021 e nov./2020-nov./2021

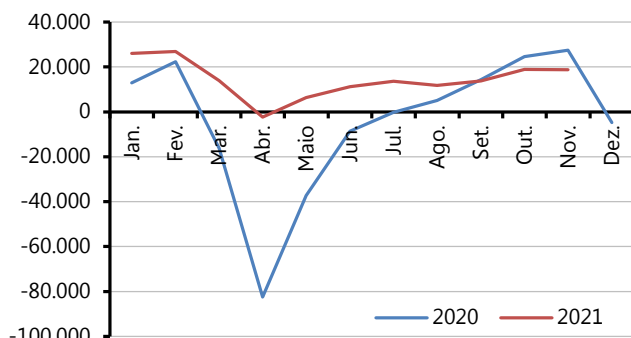
BRASIL E UFs	ACUMULADO (jan.-nov./2021)				12 MESES (nov./2020-nov./2021)			
	Saldo	Δ%	Ranking		Saldo	Δ%	Ranking	
			Abso- luto	%			Abso- luto	%
Brasil ...	2.992.898	7,8	-	-	2.835.263	7,3	-	-
AC	8.296	10,0	25	2	8.296	10,0	25	2
TO	17.250	9,5	22	5	17.250	9,5	22	5
RR	4.968	8,7	27	8	4.968	8,7	27	8
PA	76.430	10,1	11	1	76.430	10,1	11	1
MT	71.884	9,9	12	3	71.884	9,9	12	3
SC	205.480	9,7	3	4	205.480	9,7	3	4
GO	113.111	9,2	8	6	113.111	9,2	8	6
AM	37.691	9,1	17	7	37.691	9,1	17	7
AL	28.318	8,2	20	12	28.318	8,2	20	12
PB	32.813	8,1	19	13	32.813	8,1	19	13
AP	5.387	8,2	26	10	5.387	8,2	26	10
BA	137.702	8,2	7	11	137.702	8,2	7	11
MG	327.870	8,1	2	14	327.870	8,1	2	14
MA	41.567	8,4	15	9	41.567	8,4	15	9
ES	57.027	7,8	14	16	57.027	7,8	14	16
CE	84.119	7,4	10	22	84.119	7,4	10	22
RN	33.613	7,9	18	15	33.613	7,9	18	15
DF	60.116	7,7	13	21	60.116	7,7	13	21
PE	94.125	7,8	9	17	94.125	7,8	9	17
PI	22.423	7,8	21	18	22.423	7,8	21	18
SP	921.208	7,7	1	20	921.208	7,7	1	20
MS	40.387	7,7	16	19	40.387	7,7	16	19
PR	196.143	7,3	4	23	196.143	7,3	4	23
RS	159.082	6,4	6	24	159.082	6,4	6	24
RO	14.841	6,2	23	25	14.841	6,2	23	25
RJ	180.239	5,8	5	26	180.239	5,8	5	26
SE	14.539	5,4	24	27	14.539	5,4	24	27

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

No acumulado de 2021 (janeiro a novembro), os crescimentos percentuais mostraram-se mais altos, no País e na ampla maioria das UFs, uma vez que o mês de dezembro, excluído do intervalo, é um mês que tem a característica sazonal de retração do emprego formal. Nesse período, a variação positiva do emprego gaúcho foi de 6,4%, com um saldo de 159,1 mil vínculos adicionais. No ordenamento dos desempenhos relativos dos estados, o RS repetiu a 24.^a colocação, nesses 11 meses disponíveis de 2021.

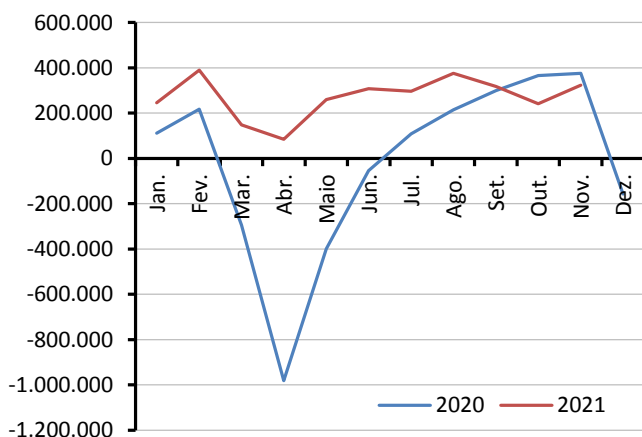
Com a série atualizada, em sua versão de novembro de 2021, pode-se observar, nos **Gráficos 14 e 15**, a evolução dos saldos mensais do emprego formal no RS e no Brasil, nos dois últimos anos. Em ambos os casos, o elemento que graficamente se sobressai é a ingente retração que o número de vínculos sofreu entre março e maio de 2020, na esteira da eclosão da pandemia de Covid-19. As tendências desse ano são muito semelhantes para os dois recortes territoriais, com uma recuperação mais lenta no Estado, cujas variações mensais só voltaram a ficar positivas em agosto, ao passo que, no País, julho já marcou o retorno dos saldos para o “quadrante” do crescimento. Em 2021, com as diferenças de dinamismo acima apresentadas, com base nos números consolidados, e tendo-se presentes os padrões sazonais específicos — o que é esperado para estruturas produtivas diferenciadas —, as linhas também guardam certa homologia. O terceiro trimestre, em especial, assinalou a desvantagem do mercado formal gaúcho em relação ao movimento nacional. Por outro lado, os meses de setembro e outubro foram de desaceleração no Brasil, ao passo que a expansão se sustentou e mesmo se intensificou no Estado. No RS, o saldo de novembro de 2021 foi 32% inferior ao verificado no mesmo mês do ano anterior, em que operava o primeiro “empuxo” de recuperação, após o brutal encolhimento do emprego associado à chegada da crise sanitária. A mesma comparação, para o Brasil, evidencia uma maior proximidade dos resultados, entre os dois anos, já que o saldo de novembro último foi apenas 14% inferior ao de novembro de 2020.

Gráfico 14 - Saldos mensais do emprego formal no Rio Grande do Sul — 2020 e 2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Gráfico 15 - Saldos mensais do emprego formal no Brasil — 2020 e 2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

2.2 O COMPORTAMENTO SETORIAL DO EMPREGO GAÚCHO

A expansão dos vínculos formalizados de trabalho no RS, nesses últimos 12 meses disponíveis, quando analisada pela perspectiva setorial, evidencia, como vinha sendo apontado em números anteriores deste boletim, a liderança da indústria (**Tabela 7**), quando se consideram os percentuais de crescimento. De novembro de 2020 ao mesmo mês de 2021, o emprego nesse setor elevou-se 7,7% no Estado; a segunda posição ficou com o comércio (6,4%). Os outros três setores, nessa agregação, apresentaram variações relativas inferiores à do conjunto do mercado de trabalho (6,2%), sendo a agropecuária aquele em que o dinamismo foi mais escasso (3,9%). Este último é o setor com menor expressão na estrutura do emprego formal gaúcho, representando, no final do período analisado, apenas 3,3% dos vínculos registrados.

Tabela 7 - Variação absoluta e relativa do emprego formal no período nov./2020-nov./2021 e estoque de empregos em nov./21, segundo o setor de atividade, no Rio Grande do Sul

SETORES	VARIAÇÃO		ESTOQUE EM NOV/2021
	Absoluta	Relativa	
Agropecuária	3.213	3,9	86.424
Comércio	37.906	6,4	633.856
Construção	5.126	4,3	124.071
Indústria	49.878	7,7	699.359
Serviços	58.214	5,7	1.082.147
Total	154.337	6,2	2.625.857

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Já o principal setor na distribuição do estoque de empregos formais do Estado, com 41,2% dos vínculos de novembro de 2021, é o de serviços, justamente o que apresentou a maior expansão nos últimos 12 meses, quando consideradas as variações absolutas. Os 58,2 mil trabalhadores que incorporou no período representaram 37,7% do saldo total do Rio Grande do Sul. Por esse critério de número de empregos adicionais, a indústria ficou com a segunda posição, tendo elevado em 49,9 mil vínculos o seu contingente, 32,3% do saldo total (participação bem superior aos 26,6% que o setor desfruta na estrutura do mercado formal).

Em um nível um pouco mais desagregado, segundo as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, em sua versão 2.0), destacam-se, na **Tabela 8**, os sete segmentos produtivos com mais elevados saldos, em número absoluto de vínculos criados nos últimos 12 meses (em azul), bem como os sete com variações percentuais mais expressivas (em amarelo).

Tabela 8 - Maiores variações absolutas e relativas do emprego formal no período nov./2020-nov./2021 e estoque de empregos em nov./21, segundo seções selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul

SEÇÕES SELECIONADAS DA CNAE 2.0	VARIAÇÃO		ESTOQUE EM NOV/21
	Abso-luta	Rela-tiva	
Indústria de transformação	50.125	8,1	669.742
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	37.906	6,4	633.856
Atividades administrativas e serviços complementares	16.275	8,1	217.776
Saúde humana e serviços sociais	9.105	5,2	183.678
Informação e comunicação	7.153	11,9	67.270
Alojamento e alimentação	7.092	8,2	93.266
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.204	9,6	70.497
Atividades imobiliárias	1.356	11,6	13.096
Serviços domésticos	31	23,8	161

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

A indústria de transformação, de um lado, e o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, de outro, responderam, conjuntamente, pela criação de mais de 88 mil dos 154,3 mil vínculos adicionados ao estoque do emprego formal gaúcho nos últimos 12 meses — mais precisamente, 57,0% do saldo do período. Das 21 seções da CNAE captadas para o Estado, essas duas são, com larga diferença, as que detêm os maiores estoques. No entanto, a soma (49,6%) de suas participações na estrutura do emprego, em novembro de 2021, foi menor do que a atingida quanto ao saldo dos últimos 12 meses. Isso indica que o peso relativo delas se expandiu, o que se aplica para ambas, mas é bem mais acentuado no caso da indústria de transformação, cujo estoque de empregos cresceu 8,1%, nos 12 meses analisados, superando consideravelmente os 6,2% de variação do conjunto dos setores de atividade no Estado; já no caso do comércio, a diferença foi bem menos expressiva, pois seu crescimento ficou em 6,4%.

Seguindo-se pelo critério de número de empregos criados no período, a terceira posição é de atividades administrativas e serviços complementares, e, em seguida, aparecem duas seções da CNAE 2.0 que mantêm um crescimento relativo destacável desde a eclosão da pandemia: saúde humana e serviços sociais e informação e comunicação. Nesses dois casos, as demandas repentinamente elevadas pelas contingências da crise sanitária impulsionaram um crescimento que não foi revertido no momento em que se abrandaram as diretrizes de isolamento ou em que, tendencialmente, se avançou no controle da pandemia. De qualquer forma, chama a atenção que o segmento de saúde, mesmo tendo gerado o quarto maior saldo entre as 21 seções da CNAE analisadas, teve variação relativa inferior ao agregado do mercado formal de trabalho (5,2%, contra 6,2%) nos 12 meses considerados. Quanto ao segmento de informação e comunicação, seu crescimento percentual (11,9%) foi o segundo mais expressivo nessa desagregação das atividades econômicas, perdendo apenas para os serviços domésticos — os quais, como a **Tabela 8** demonstra, têm uma presença residual e estatisticamente desprezível nesse universo de relações de trabalho coberto pelo Novo Caged (estoque de 161 vínculos, apenas, em novembro de 2021).

A situação é diferente quando se observa a seção da CNAE 2.0 com o sexto maior saldo, a de alojamento e alimentação. Esse segmento, nesse período de novembro de 2020 até novembro de 2021, passa por uma recuperação das severas perdas de pessoal em-

pregado que sofreu nos primeiros meses da emergência sanitária, quando foi um destaque e, praticamente, um símbolo da fase aguda da crise do mercado de trabalho. Nos 12 meses considerados, sua expansão foi de 8,2% — superior, percentualmente, à da indústria de transformação, vale registrar.

Uma desagregação adicional, em 87 divisões da CNAE 2.0, é utilizada, aqui, com o interesse posto aos segmentos da indústria de transformação, tendo em vista seu peso dominante (95,8%) no universo do setor indústria — que liderou o crescimento relativo — e sua posição como a seção da CNAE com maior saldo nos 12 meses analisados. Considerados os volumes de empregos adicionados (**Tabela 9**), entre novembro de 2020 e novembro de 2021, os seus segmentos mais relevantes, no RS, foram máquinas e equipamentos (10,3 mil); couro e calçados (9,5 mil); produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (6,0 mil) e produtos alimentícios (3,9 mil)¹². Pelo critério de variação percentual, o ordenamento dos melhores desempenhos começa pela manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (19,6% de expansão), seguindo-se a fabricação dessas máquinas e equipamentos (17,4%), a metalurgia (16,7%) e os produtos de madeira (13,5%).

Tabela 9 - Maiores variações absolutas e relativas do emprego formal no período nov./2020-nov./2021 e estoque de empregos em nov./21, segundo divisões selecionadas da indústria de transformação na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul

DIVISÕES SELECIONADAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA CNAE 2.0	VARIAÇÃO		ESTOQUE EM NOV/21
	Abso-luta	Rela-tiva	
Fabricação de máquinas e equipamentos	10.322	17,4	69.583
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	9.453	10,6	99.051
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5.956	10,7	61.364
Fabricação de produtos alimentícios	3.897	2,8	140.866
Fabricação de móveis	3.059	8,6	38.430
Fabricação de produtos de madeira	2.035	13,5	17.080
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1.958	19,6	11.948
Metalurgia	1.453	16,7	10.168
Fabricação de produtos têxteis	1.013	12,1	9.392

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

¹² Esses resultados alinham-se, consistentemente, com o avanço da produção desses segmentos da indústria de transformação gaúcha, com exceção dos produtos alimentícios. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) do IBGE (2021e), no acumulado em 12 meses que se encerrou em outubro último, as variações mais expressivas da produção física foram de máquinas e equipamentos (40,2%), metalurgia (33,2%), produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) (28,8%) e couro, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (20,8%).

Apenas uma das 24 divisões da CNAE integrantes da indústria de transformação, a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, registrou saldo negativo, no acumulado de novembro de 2020 a novembro de 2021, no Estado. Foi uma redução de 793 vínculos, que teve um impacto percentual importante (-32,1%) sobre o pequeno estoque de empregos do segmento.

2.3 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E VARIAÇÕES DO EMPREGO FORMAL NO RS

Analisando-se três atributos dos empregados formais que o Novo Caged apresenta na sua base de dados, procura-se identificar quais os segmentos da população trabalhadora tiveram, nesses 12 meses sob análise, mais acesso aos postos adicionados ao mercado (**Tabela 10**).

Tabela 10 - Saldo do emprego formal e participação no saldo no período nov./2020-nov./2021 e participação no emprego formal em 31/dez./2020, segundo atributos pessoais dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED (nov./2020-nov./2021)		RAIS 2020 (31/dez.)
	Saldo	Participação no Saldo (%)	Participação no Estoque (%)
Sexo (total)	154.337	100,0	100,0
Homens	70.781	45,9	53,8
Mulheres	83.556	54,1	46,2
Faixa etária (total)	154.337	100,0	100,0
Até 18 anos	29.463	19,1	1,0
De 18 a 24 anos	86.120	55,8	13,6
De 25 a 29 anos	20.796	13,5	13,5
De 30 a 39 anos	19.119	12,4	29,2
De 40 a 49 anos	12.062	7,8	23,1
De 50 a 64 anos	-8.934	-5,8	17,9
65 anos ou mais	-4.289	-2,8	1,7
Escolaridade (total)	154.337	100,0	100,0
Analfabetos	770	0,5	0,2
Fundamental incompleto	7.647	5,0	10,4
Fundamental completo	7.676	5,0	9,2
Médio incompleto	26.022	16,9	7,6
Médio completo	91.557	59,3	44,5
Superior incompleto	11.833	7,7	6,2
Superior completo	8.832	5,7	21,8

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).
RAIS 2020 (BRASIL, 2021a).

Começando-se pelo sexo, observa-se que o saldo de novos empregos teve uma leve predominância das mulheres (54,1%). Esse resultado contrasta com a tendência observada em números anteriores do Boletim. A merecer um exame mais rigoroso, a hipótese em que se pode avançar é que essa mudança de

comportamento da distribuição dos saldos de emprego por gênero se articula com a evolução setorial do mercado de trabalho. Até recentemente, as séries de 12 meses que costumam ser aqui utilizadas ainda carregavam, ao menos parcialmente, o período mais agudo da retração do emprego em 2020, o qual penalizava especialmente o setor serviços, em que as mulheres são majoritárias, e preservava, relativamente, a indústria, em que a sobrerrepresentação masculina é marcante. Como se abordou acima, na série de 12 meses mais recente, embora a indústria tenha tido o melhor desempenho relativo, o número de vínculos de trabalho gerados voltou a ser maior nos serviços, o que é compatível com a participação desse setor na estrutura do emprego formal.

Num recurso que representa uma mera aproximação — já que coteja fontes com notáveis diferenças de universo coberto e de metodologia —, incluiu-se, na **Tabela 10**, uma coluna com a participação desses segmentos populacionais na estrutura do emprego formal apurada pela última edição da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual — diferentemente do Novo Caged — realiza um escrutínio detido do estoque de empregados ao longo de cada ano, nos estabelecimentos, não restringindo o seu foco às movimentações (admissões e desligamentos). Com as devidas reservas, pode-se verificar que a liderança das mulheres nos últimos 12 meses, detectada pelo Caged, incidiu sobre uma estrutura que ainda trazia predominância masculina (53,8%, em dezembro de 2020)¹³.

Quanto à distribuição etária do emprego gerado, prolonga-se a tendência — detectada desde o início da série do Novo Caged — de uma participação muito elevada dos segmentos mais jovens nas contratações, com variações positivas especialmente expressivas em seus contingentes, mesmo em conjunturas em que o conjunto dos trabalhadores formais se retrai. Entre novembro de 2020 e novembro de 2021, dessa forma, observa-se que o segmento com idades entre 18 e 24 anos respondeu por 55,8% do saldo do emprego formal gaúcho, com uma expansão de 86.120 vínculos. Se forem somadas as faixas contíguas — a dos menores de idade, associada fundamentalmente a contratos de aprendizado, e a dos jovens adultos de 25 a 29 anos —, constata-se que 88,4% do adicional de vagas se direcionaram a indivíduos com menos de

¹³ Tal predominância, em 2020, mostrava uma pequena oscilação para cima, de 0,3 ponto percentual, em relação ao ano anterior. Ao final de 2019, logo antes da eclosão da pandemia, os homens ocupavam 53,5% dos vínculos formais do Estado.

30 anos de idade. As duas faixas etárias mais elevadas, que agrupam os trabalhadores com 50 anos ou mais, sofreram retração em seus contingentes. O cotejo com a RAIS permite aquilatar a desproporção da distribuição etária do emprego gerado nos últimos 12 meses (medida pelo Novo Caged) frente à estrutura do mercado formal gaúcho, que aquela fonte aporta. O segmento ampliado de jovens até 29 anos detinha 28,1% dos vínculos registrados de trabalho, ao final de 2020⁽¹⁴⁾, e açambarcou quase 90% das vagas dos últimos 12 meses. Já a secção intermediária dessa pirâmide, a dos indivíduos entre 30 e 49 anos, representava mais da metade do contingente formalmente empregado, segundo essa referência analítica externa. Na conjuntura mais recente, entretanto, reteve cerca de 20% do saldo, apenas, conforme o Novo Caged. Os indivíduos de 50 a 64 anos, por sua vez, que viram sua ocupação formal encolher na recente conjuntura, tinham participação de 17,9%, na RAIS de 2020 — bem superior, vale ressaltar, aos 13,6% da faixa entre 18 e 24 anos (a qual, no entanto, representou, sozinha, 55,8% das contratações dos últimos 12 meses). Esse viés etário na expansão do emprego formal merece especial atenção, uma vez que o emprego dos mais jovens se associa a remunerações mais baixas, contratos menos duradouros e engajamento de indivíduos com pouca experiência no exercício de suas funções. Uma rápida e profunda alteração desses padrões tem implicações potenciais relevantes para os ambientes e as relações de trabalho, bem como para o agregado do mercado.

A escolaridade, por fim, dos trabalhadores adicionais engajados no emprego formal gaúcho, nos últimos 12 meses, reapresenta a progressiva consagração da exigência de ensino médio completo nesse mercado. Os trabalhadores com esse nível de instrução representaram cerca de 60% do saldo; se considerados conjuntamente os que estavam cursando ou cursaram parcialmente essa etapa de sua formação, chega-se a cerca de três quartos do total de vínculos adicionados ao mercado formal do Estado, nos últimos 12 meses.

Essa preferência, por parte dos empregadores, pode ser lida como uma maior seletividade, compatível com os princípios de aprimoramento das qualificações coletivas das equipes. Essa interpretação tem um respaldo parcial quando se considera que os trabalhadores com instrução inferior ao ensino médio

incompleto eram, ainda, na RAIS de 2020, cerca de 20% do total, tendo ficado, segundo o Novo Caged, com apenas 10% dos empregos gerados nos últimos 12 meses. Por outro lado, é importante observar que o outro extremo dessa distribuição, dos indivíduos com ensino superior incompleto em diante (a RAIS desagrega até o título de Doutorado), esteve relativamente sub-representado na formação do saldo dos últimos 12 meses. Segundo o Novo Caged, sua participação nessa expansão recente limitou-se a 13,4%, enquanto a RAIS indica que, ao final de 2020, eram já 28,0% dos trabalhadores formais gaúchos¹⁵. Uma diferença dessa magnitude permite considerar que, mesmo com as diferenças de universo e de cobertura entre as duas pesquisas, há suficientes indicações para se considerar que o emprego que vem sendo gerado nessa conjuntura, no Estado, desfavorece o engajamento de trabalhadores mais qualificados.

2.4 A VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO ESTADO

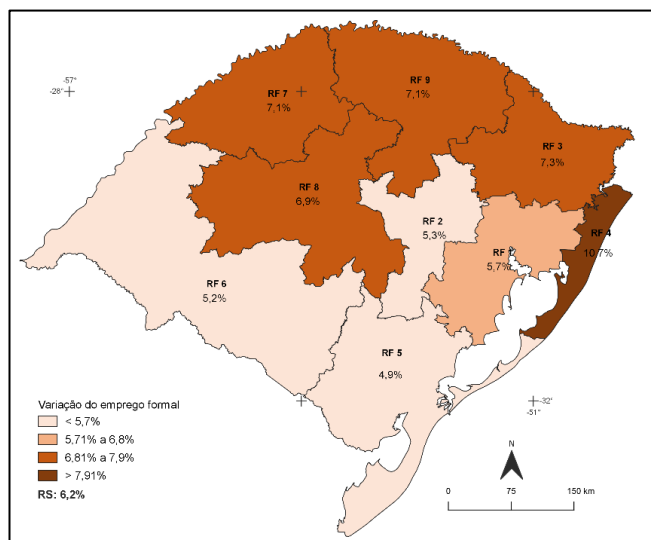
Do Sul do Estado (RF5), com a menor variação (4,9%), ao Litoral Norte (RF4), com expansão duas vezes mais intensa (10,7%), todas as nove Regiões Funcionais em que o Rio Grande do Sul é subdividido para fins de planejamento apresentaram crescimento do emprego formal no acumulado dos últimos 12 meses disponíveis.

A atração populacional do Litoral Norte e a dinamização de sua economia não são processos recentes, mas a eclosão da pandemia de Covid-19, em 2020, produziu um reforço muito significativo dessas tendências, que vem sendo recorrentemente apontada neste boletim. Com a segunda maior expansão (7,3%), a RF3, que engloba a Serra, tem a mais elevada participação da indústria em seu mercado de trabalho, contando, ademais, com uma estrutura produtiva bastante diversificada. Os resultados favoráveis desse setor contribuíram para o desempenho positivamente diferenciado da região. As outras RFs do extremo-norte do Estado, a 7 e a 9, beneficiam-se, especificamente, do peso da produção de máquinas e equipamentos em suas estruturas produtivas, tendo-se presente o destaque que esse segmento apresentou no crescimento do emprego formal, nos últimos 12 meses.

¹⁴ Essa participação era bastante próxima — e, até, residualmente inferior — aos 28,6% que esse grupo etário detinha na estrutura do emprego do RS em 2019.

¹⁵ E esse resultado da RAIS de 2020, ano da eclosão da emergência sanitária, mostra uma oscilação para cima na participação desse segmento mais escolarizado, já que este detinha 27,4% dos vínculos na RAIS de 2019.

Mapa 1 - Variação percentual do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — nov./2020-nov./2021



Fonte dos dados brutos: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

A RF 6, que congrega Fronteira Oeste e Campanha, é aquela em que a agropecuária apresenta maior participação na estrutura do emprego formal e expressa, com seu pálido desempenho, o fraco resultado, no Estado, desse setor — que foi aquele com o mais baixo crescimento relativo, nos últimos 12 meses disponíveis. Já a RF5, região de Pelotas e Rio Grande, vem apresentando dificuldades para redinamizar sua economia e seu mercado de trabalho, desde meados da década passada, quando o projeto de instauração do Polo Naval malogrou. Nesse período de novembro de 2020 a novembro de 2021, um dos elementos a rebaixar a variação do emprego regional foi o desempenho da atividade de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, a qual, como foi mencionado acima, foi a única divisão da CNAE pertencente à indústria de transformação a gerar saldo negativo no emprego formal do Estado. Na RF5, a retração da fabricação de embarcações, que integra essa divisão, trouxe consigo a eliminação de 930 vínculos de trabalho.

* * * *

Com uma intensidade que contrasta com o quadro geral do mercado de trabalho gaúcho apresentado na primeira seção deste boletim, os dados restritos ao emprego formal consolidados com base no Novo Caged apontam um crescimento de 6,2% no número desses vínculos de trabalho, entre o final de novembro de 2020 e o final do mesmo mês de 2021, inferior à expansão verificada no nível nacional (7,3%).

O setor a contribuir com o maior número de postos adicionais (58,2 mil) foi o de serviços, ao passo

que a indústria obteve a mais expressiva variação relativa de seu contingente (7,7%). Os segmentos industriais mais relevantes na produção desse resultado ligam-se à produção e à instalação de máquinas e equipamentos, aos couros e aos calçados, ao metal e aos produtos alimentícios. As atividades comerciais e serviços administrativos, de saúde e de tecnologia e informação foram também segmentos importantes na produção desse resultado agregado. De modo geral, em que pese à heterogeneidade do dinamismo, houve saldos positivos em todos os setores e na grande maioria de suas subdivisões, bem como em todas as regiões do Estado.

Na medida em que as atividades de comércio e serviços sofreram mais impacto e levaram mais tempo para iniciar a recuperação das perdas de empregos produzidas com a eclosão da pandemia, os últimos 12 meses trouxeram uma contribuição mais significativa desses setores, relativamente ao ano de 2020. Esse pode ter sido um dos fatores para que tenha havido uma elevação maior do emprego feminino, no período analisado, do que do masculino, o que não se verificava anteriormente. Os saldos positivos do emprego seguem concentrando-se fortemente no segmento mais jovem, especialmente entre 18 e 24 anos, e penalizando as faixas a partir dos 50 anos de idade. Além disso, direciona-se com muita clareza para os indivíduos de escolaridade correspondente ao ensino médio completo e incompleto, deslocando não apenas os que têm no máximo o fundamental completo, mas também todos os que seguiram estudando após a conclusão da educação básica (de ensino superior incompleto em diante).

Os resultados regionais do emprego nos 12 meses analisados reapresentam o Litoral Norte (RF4) como líder do crescimento, o que é uma tendência já clara bem antes da pandemia, como indica estudo anterior (XAVIER SOBRINHO; FIORI, 2019), e que esse contexto sanitário parece ter alimentado. A RF5, Sul, por sua vez, teve a variação menos expressiva (ainda assim, um crescimento de 4,9%). Também a desvantagem relativa dessa região tem sido recorrente desde meados da década passada, conforme aponta a mesma Nota Técnica referida.

Por fim, o Rio Grande do Sul persiste numa posição de menor dinamismo, na geração de empregos formais, quando se comparam seus resultados com os das demais UFs. No acumulado de 12 meses, o Estado ocupou a 24.^a colocação entre os 27 Estados brasileiros.

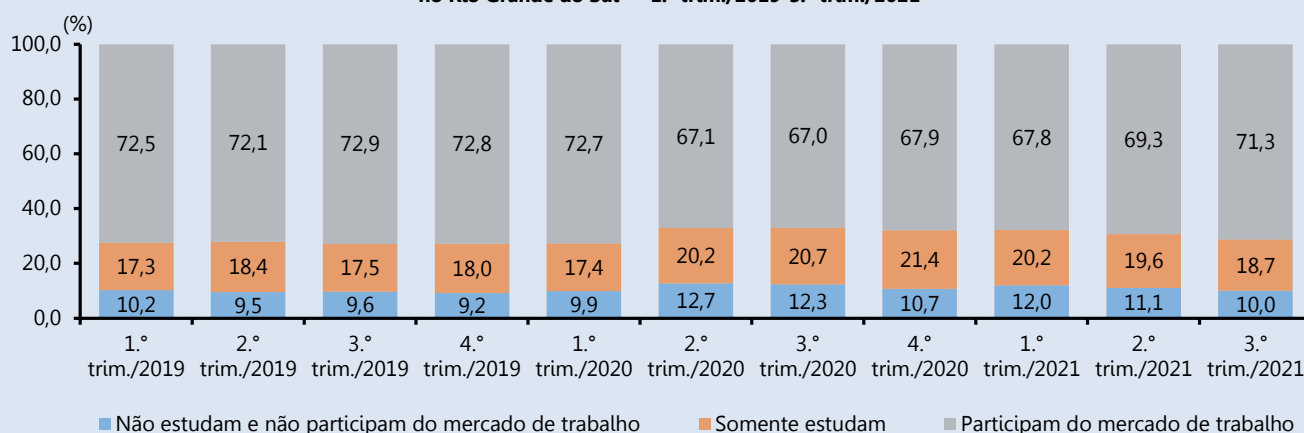
Box

JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul passou por um processo de intensa deterioração durante a pandemia de Covid-19. A taxa de desocupação no Estado, que se situava em 7,3% no 4.º trim./2019, elevou-se para 10,5% no 3.º trim./2020, o que representou um acréscimo de 146 mil pessoas no contingente de desocupados.

Um dos grupos populacionais cuja situação no mercado de trabalho tem sido objeto de preocupação na pandemia de Covid-19 é o de jovens, uma vez que costuma ser mais negativamente atingido em conjunturas econômicas adversas (CEPAL, 2021; ILO, 2021). Delimitando-se a faixa etária desse grupo populacional de acordo com o Estatuto da Juventude do País, Lei Federal n. 12.852, de 2013, constata-se que ocorreu uma redução da parcela relativa de jovens de 15 a 29 anos que participava do mercado do trabalho do RS, de 72,8% no 4.º trim./2019 para 67,0% no 3.º trim./2020 (**Gráfico A**). Como contrapartida dessa mudança, houve aumento das parcelas relativas de jovens que somente estudavam (de 18,0% para 20,7%) e daqueles que não estudavam e não participavam do mercado de trabalho estadual (de 9,2% para 12,3%). Este último segmento, que configura uma situação de exclusão social, aumentou de 234 mil pessoas no 4.º trim./2019 para 302 mil pessoas no 3.º trim./2020.

Gráfico A - Distribuição dos jovens segundo a situação de estudo e participação no mercado de trabalho, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019-3.º trim./2021



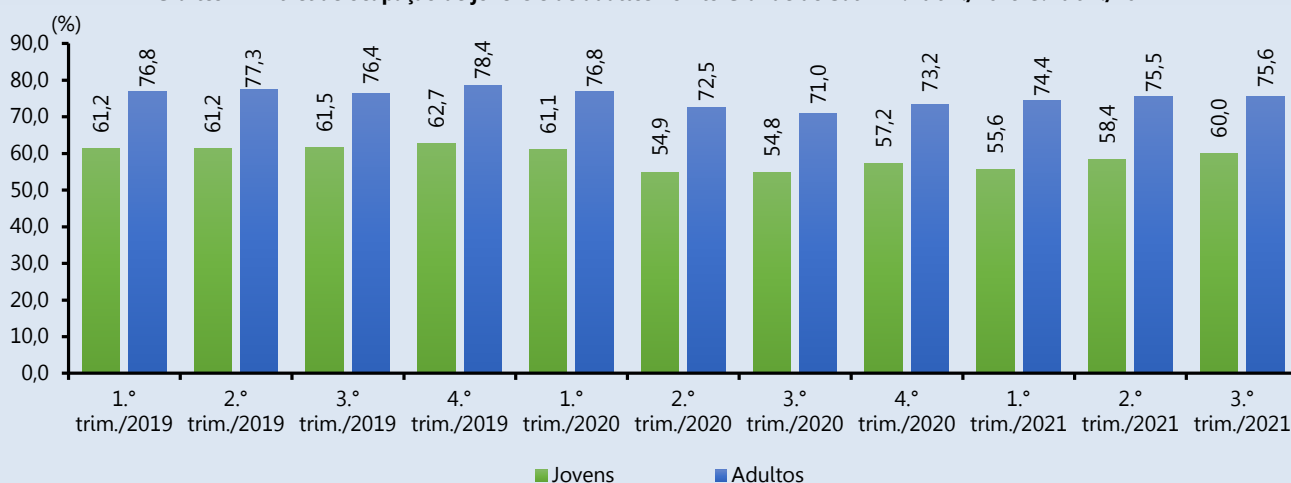
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021g).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. São considerados jovens os indivíduos de 15 a 29 anos.

O nível de ocupação dos jovens no RS deteriorou-se até o 3.º trim./2020, quando atingiu 54,8%, uma retração de 6,7 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (**Gráfico B**). Nessa referência comparativa, o hiato existente entre o nível de ocupação dos jovens e o dos adultos ampliou-se de 14,9 pontos percentuais para 16,2 pontos percentuais. Destaca-se, ainda, que o *gap* do indicador entre os dois grupos populacionais chegou a situar-se em 18,8 pontos percentuais no 1.º trim./2021.

Gráfico B - Nível de ocupação de jovens e de adultos no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021g).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Os jovens correspondem aos indivíduos de 15 a 29 anos, e os adultos, aos indivíduos de 30 a 59 anos.

Durante a pandemia de Covid-19, a taxa de desocupação entre os jovens elevou-se até o 2.º trim./2020, tendo atingido 18,2%, um acréscimo de 3,0 pontos percentuais em relação ao 2.º trim./2019 (**Gráfico C**). Já o hiato entre a taxa de desocupação dos jovens e a dos adultos, na

Gráfico C - Taxa de desocupação de jovens e adultos no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2019-3.º trim./2021

Período	Jovens (%)	Adultos (%)
1.º trim./2019	15,6	4,8
2.º trim./2019	15,2	5,5
3.º trim./2019	15,6	6,2
4.º trim./2019	13,8	4,7
1.º trim./2020	16,0	5,7
2.º trim./2020	18,2	6,8
3.º trim./2020	18,2	7,8
4.º trim./2020	15,7	6,4
1.º trim./2021	18,0	6,8
2.º trim./2021	15,8	6,6
3.º trim./2021	15,8	5,9

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021g).
Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.
2. Os jovens correspondem aos indivíduos de 15 a 29 anos, e os adultos, aos indivíduos de 30 a 59 anos.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTP, 2021a. Disponível em:
https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: 6 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência.
Estatísticas mensais do emprego formal: Novo
CAGED: novembro de 2021. [Brasília, DF]: MTP, 2021b.
Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNWl5NWl0ODRlYmZlYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVwOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 4 jan. 2022.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL.
Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 3, n. 3, 2021. Disponível
em: [https://admin-
planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/1116
0237-boletim-de-trabalho-outubro-2021.pdf](https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/11160237-boletim-de-trabalho-outubro-2021.pdf). Acesso
em: 11 out. 2021.

CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura IPEA**, Brasília, DF, n. 52, p. 1-17, 2021. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

CEPAL. **Estudio económico de América Latina y el Caribe:** Dinámica laboral y políticas de empleo para una recuperación sostenible e inclusiva más allá de la crisis del COVID-19. Santiago: CEPAL, 2021. Disponível em:
https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/47192/S2100393_es.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

GONTERO, S. La coyuntura laboral en el primer semestre de 2021. // *CEPAL; OIT. Políticas de protección de la relación laboral y de subsidios a la contratación durante la pandemia de COVID-19*. Santiago: CEPAL; OIT, 2021. (Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe, n. 25). p. 7-20. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47510/S2100695_es.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 9 dez. 2021.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes: jul.-set. 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_3tri.pdf. Acesso em: 3 dez. 2021.

IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** PNAD Contínua — Quadro sintético. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202103_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 30 nov. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 30 nov. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática:** Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - Divulgação Regional - outubro 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/rio-grande-do-sul>. Acesso em: 7 jan. 2022.

IBGE. **Sobre a alteração do método de calibração dos fatores de expansão da PNAD Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021f. (Nota técnica, n. 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101882.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

IBGE. **Sobre a divulgação da Reponderação da PNAD Contínua em 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021g. (Nota técnica, n. 3). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101866.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

IBGE. **Sobre o conjunto e a forma de disponibilização dos indicadores mensais e trimestrais divulgados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021h. (Nota técnica, n. 6). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101883.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ILO. **An update on the youth labour market impact of the COVID-19 crisis.** Geneva: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/briefingnote/wcms_795479.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

IPEA. Análise do mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise. Brasília, DF, ano 27, n. 2, p. 9-43, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_book.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

OIT. **Panorama Laboral América Latina y el Caribe 2015.** Lima: OIT, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_435169.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral.** Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 16 dez. 2021.

XAVIER SOBRINHO, G. G. F.; FIORI, T. P. **Estrutura e evolução do emprego formal no RS e suas Regiões Funcionais (2003-17).** Porto Alegre: SPGG/DEE, 2019. (Nota Técnica, n. 7). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/03181050-nt-emprego-formal.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

planejamento.rs.gov.br